

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.904 - SP (2019/0045056-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : QUATRO MARCOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LAURINDO LEITE JUNIOR - SP173229
LEANDRO MARTINHO LEITE - SP174082
GABRIELA SALLA E OUTRO(S) - SP325694
RICARDO FLORENCIO GERALDINI - SP331957
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE JANDIRA - SP
SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ROGERIO BARAO
ADVOGADO : ROGERIO BARAO - MT0083130

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência, com pedido de tutela de urgência, formulado por QUATRO MARCOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL envolvendo, como suscitados, o r. Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jandira/SP, onde tramita o processo de recuperação judicial da requerente, e os juízos da 15ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo.

Em resumo, aponta a suscitante que "(...) Diante do transcurso do biênio legal de fiscalização do MM. Juízo Universal com o cumprimento dos termos delineados no Plano de Recuperação Judicial e julgou procedente a Recuperação Judicial e declarou a empresa recuperada, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 11.101/2005."; "(...) Irresignados com a referida sentença alguns credores trabalhistas interuseram Recurso de Apelação perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo objetivando, sobretudo, a remessa as Habilitações de Crédito à Justiça do Trabalho para o prosseguimento com os atos de cobrança." ; "(...) Ao analisar o caso, sobreveio o v. acórdão que deu parcial provimento ao Recurso de Apelação, sendo determinada a remessa dos incidentes trabalhistas às Comarcas onde tramitaram as Reclamações Trabalhistas, devendo pagamento ser realizado observando-se o deságio delineado no Plano de Recuperação Judicial." ; "(...) ainda não ocorreu o trânsito em julgado da decisão que pôs fim à Recuperação Judicial."; "(...) Ocorre que, paralelamente ao contexto acima exposto, em 13/10/2016, um dos credores da Suscitante requereu a execução de seu crédito pro meio de Cumprimento de Sentença apresentado perante à 15ª Vara Cível do Foro Central Cível de São Paulo/SP." ; "(...) Tendo em vista que os apelos excepcionais não possuem efeito suspensivo, não restou outra alternativa à Suscitante senão apresentar o presente Conflito de Competência perante esse E. Superior Tribunal de Justiça."

Diante disso, postula, liminarmente, a suspensão de atos de constrição e expropriação patrimonial determinados no bojo da execução trabalhista com a consequente designação do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jandira/SP para decidir sobre a destinação dos valores apurados. No mérito, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios em face da suscitante. (fls. 1/21)

É o relatório.

Decide-se.

O pedido liminar não comporta acolhimento.

1. Isso porque, nos termos do art. 66 do NCPC, o conflito de competência se configura quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma demanda ou quando existir controvérsia acerca da união ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.

No caso dos autos, em que pese o esforço de argumentação da suscitante, observa-se que este Superior Tribunal de Justiça não é competente para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados ao mesmo Tribunal de origem, qual seja, o eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/SP, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

No mesmo sentido, confira-se: AgRg no CC 140410 / DF, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 01/10/2015; AgRg no CC 133290 / SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 18/11/2015.

2. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **indefiro** o pedido de liminar

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, comunicando e solicitando informações. Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator